

ESCRITAS E ESCRITURAS FEMININAS NO SÉCULO XIX NA SOCIEDADE PARAENSE DA BORRACHA: 1850-1900

Ana Maria Maciel Corrêa¹

RESUMO

O presente artigo se insere no conjunto de iniciativas investigativas com a intencionalidade de visibilizar o protagonismo de “mulheres de letras” no decorrer do século XIX. Nessa intencionalidade, traz à tona as escrituras de mulheres no período de 1850-1900, no estado do Pará, momento histórico de emergência e expansão da economia da borracha demarcado por importantes mudanças na esfera econômica, social e cultural na capital paraense. E nesse período, objetiva visibilizar as escrituras femininas localizadas nos jornais belenenses como contraponto ao contexto societário local dos anos oitocentista nitidamente marcado pelas relações patriarcais, patrimoniais e escravagistas reprodutoras e afirmadoras do poder do homem, então revestido de todo reconhecimento e prestígio, enquanto bases estruturadoras e referenciais de uma representação masculina e protagonista no âmbito privado e público. Condição de destaque que subalternizou e invisibilizou a atuação feminina nesta sociedade amazônica. O artigo se constitui em uma primeira aproximação com os estudos sobre a mulher intelectual e escritora paraense no transitar do século XIX.

Palavras - Chave: Escritas. Mulheres. Borracha. Pará.

WOMEN'S WRITINGS AND SCRIPTURES IN THE 19TH CENTURY IN THE RUBBER SOCIETY IN PARANÁ: 1850-1900

ABSTRACT

This article is part of the set of investigative initiatives with the intention of making the role of “women of letters” visible during the 19th century. In this intentionality, to bring up the writings of women in the period 1850-1900, in the state of Pará, moment of emergency and expansion of the rubber economy, marked by important changes in the economic, social and cultural sphere in the capital of Pará. And in that period, to recognize and give visibility to the female scriptures located in the newspapers of Belém. When considering the local societal context of the eighteenth century clearly marked by the reproductive and affirming patriarchal, patrimonial and slavery relations that affirmed the power of man, covered with all recognition and prestige, as structuring bases and referencing of a male representation, as a protagonist subject in the private and public sphere. A prominent condition that subordinated and made female activity in this Amazonian society invisible. The article constitutes a first approximation with the study on the intellectual woman and writer from Pará in the transit of the 19th century.

Keywords: Writing. Women. Rubber. Pará.

Data de submissão: 06.04.2021

Data de aprovação: 27.09.2021

INTRODUÇÃO

A escrita feminina faz-se presente no cenário brasileiro e amazônico ao longo do século XIX, embora seja notória a ausência e o não reconhecimento oficial da importância das mulheres escritoras no campo literário, dado a prevalência da produção e da valorização dos autores masculinos com reconhecimento nacional e local nas diversas expressões literárias.

¹ Mestre em Serviço Social, Universidade Federal do Pará- UFPA-2008. Doutora em Educação, Universidade Federal do Pará- UFPA-2017. Técnica em Gestão Pública na Secretaria de estado de educação SEDUC – PA. E-mail: ana01maciel@gmail.com.

Nesse contexto, a exclusão das mulheres intelectuais e literatas esteve diretamente circunscrita às bases ordenadoras da sociedade nacional e local pautadas na colonialidade do poder, do saber e da constituição do ser mulher. Sociedades estruturadas e mantidas pelas relações sociais disseminadas pelo patrimonialismo e pelo patriarcalismo, bases instituídas pelo processo colonial. Nesse contexto sócio-histórico, o olhar epistêmico decolonial instaura-se a partir da apreensão das interrelações de poder presentes nas relações entre colonialidade e patriarcado, colonialidade, gênero e raça. Enquanto compreensão epistêmica que se direciona na contraposição do ideário patriarcal e da ordem colonial. Nesse direcionamento, a decolonialidade emerge como uma proposta de enfrentamento a todo processo instaurado pela colonialidade e nesse sentido, constituindo-se caminho para a desconstrução dos padrões impostos aos povos “subalternos” e para a promoção da visibilidade de países, regiões, grupos e sujeitos silenciados e excluídos pela ordem colonial.

O artigo traz a escrita feminina paraense enquanto exercício do saber-fazer, e nesse exercício, a emissão de falas e percepções sinalizadoras de contraposições à hierarquização de poder e de ser. Entretanto, ainda que transcritas segundo os padrões tidos como convencionais, expressam o olhar e os sentimentos do feminino na contramão dos condicionamentos de invisibilidade. Observando-se nesse processo de silenciamento e ocultação da escrita feminina, a concepção de gênero, raça e classe como lugares demarcadores de colonialidade, pelo fato de que ainda não vivenciamos e ou não chegamos a um momento de pós colonialismo. A colonialidade é contínua e bem presente como arcabouço estruturador das relações entre os países, e entre os sujeitos. Contexto ordenador de “poder, saber, ser, natureza e linguagem” como afirma Lugones. (2014, p. 940)

Na sociedade brasileira, o domínio e o poder estiveram concentrados nas mãos dos senhores donos de terras, de escravos e chefes de uma grande família. Cenário em que os subalternos lhes deviam obediência, reverência e subserviência. A predominância da figura masculina impetrou ao sujeito mulher a destituição de direitos a uma participação social no espaço público e uma localização no trânsito restritivo no território do lar e da vida doméstica. No campo literário, por muito tempo esteve ausente pelo não reconhecimento do direito a expressão de seus pensamentos, vontades, desejos, sentimentos, necessidades, interesses e propósitos. No entanto, nas brechas do poder instituído, alguns fatores contribuíram para que algumas mulheres viessem a fazer o enfrentamento do silêncio da voz e da escrita. Entre eles o acesso à leitura e a escrita que possibilitaram à mulher “de ontem” não somente ler e escrever, mas produzir escritos e escrituras que anunciavam o transbordar da mulher intelectual.

O artigo traz à tona escritos e escrituras de mulheres que transitaram pelos fins do século XIX, publicados em jornais em Belém do Pará. Período historicamente conhecido como o auge da “Era da Borracha”. Momento marcado e demarcado por mudanças de toda ordem. O texto se ancora nos escritos femininos que sinalizaram o sujeito mulher, seus pensamentos, seus sentimentos e seu lugar social nesse tempo-lugar e de sobremodo desvela falas, fatos, histórias e traduções imersas por sentidos e significados, ainda que sob uma versão inventiva trazida pela literatura. Nesse cenário investigativo, problematiza o papel e o lugar da mulher “escritora”, ou seja, problematiza o “ser mulher” na sociedade belenense do século XIX.

Os termos escrita e escritura são trabalhados por diferentes autores com aproximações e distanciamentos na apropriação de tais termos. Derrida (1967) e Barthes (1977) atribuem expressas diferenças entre a escrita e a escritura. Derrida (1967, cap.1), situa o termo escritura em novos formatos da escrita e diferentes signos da comunicação e nessa abrangência, a escritura permeia todo o texto escrito e outros formatos comunicacionais. Um conceito que está para além da escrita por designar pensamentos, experiências e falas vivenciadas trazidas pela memória viva como sobrevivência de um contexto e não restrito a uma comunicação contida na fala textual. (BIRMAN, 2017 apud DERRIDA, 1967, p. 227). Barthes (1977), afirma que a escrita apresenta um valor em si mesma a partir de seus conteúdos e formatos, enquanto

a escritura emerge como modo de fazer e criar; oportunizando uma nova escrita, novas abordagens marcadas pela inediticidade, ou seja, um outro modo de escrita inventiva, ainda que a partir de aspectos do real traduz uma (re)invenção do real, de um pensamento e ou de uma história de vida.

1 MULHER: EXCLUSÃO, INVISIBILIDADE E TRANSGRESSÃO LITERÁRIA

Na transição da segunda década do século XXI, ainda nos reportamos a uma história recorrente no cenário latino-americano e conseqüentemente brasileiro e local, demarcada pelos processos de desigualdade social, exclusão e marginalidade de grande parcela de sua população. Um processo excludente que remonta à herança colonial e que influenciou os processos de identidade nacional neste continente. Processos nitidamente mesclados pela violência física, simbólica e pela negação do “outro”, grupos socialmente localizados como subalternos, sem voz e sem vez, destituídos da condição de sujeitos históricos, ainda que em meio a resistências e contraposições nesse cenário.

A produção literária nesse cenário emergiu como campo revelador da realidade brasileira e do estado do Pará, enquanto campo desvelador do quadro social contraditório que posicionou a constituição da mulher e seu papel social nessa realidade de múltiplas determinações sociais, políticas e culturais. Nesse cenário de desigualdade localizamos a literatura de autoria feminina do século XIX que emerge de maneira marginal, fora dos cânones da tradição literária. A mulher escritora, como as demais mulheres se constituíram sob o olhar da diferença discriminatória, num contexto de silenciamento que não lhes assegurava a fala, o pensamento nem suas escrituras. Nesse cenário de submissão e apagamento das mulheres, o presente texto pauta-se no estudo de escritos de mulheres publicados em jornais e folhetins que circularam na cidade de Belém do Pará no transcorrer do século XIX. Traz como objetivo localizar e efetivar uma análise a respeito dessas escritas num contexto sociocultural regional tão tradicional. Nesse sentido, publicizar o lugar da mulher e seu trânsito no âmbito da imprensa escrita.

A questão de gênero passa a ser substancial para esse processo de análise, pois se revela de forma significativa para a compreensão do processo de constituição da mulher e sua localização subalterna nos diferentes setores da vida social e em especial no campo literário. Nessa conjuntura, Zinani (2006), afirma que a categoria gênero explicita o feminino e os processos identitários do sujeito-mulher, enquanto:

contexto ideológico, como parte de um processo de construção social e cultural envolvendo a problemática de poder, o que evidencia assimetria e desigualdade. [...] As questões de gênero remetem para a dimensão da dominação patriarcal, remanescente do período colonialista. (ZINANI, 2006, p. 254).

O campo investigativo referenciado pela questão de gênero contribuiu para o desvendar do contexto societário com suas teias e tramas que invisibilizaram a mulher e especialmente a mulher escritora e suas escrituras ao longo do século XIX. Além de trazer para o centro das discussões a constituição identitária de gênero e de pertencimento num momento em que se buscava a fundação da nacionalidade e da identidade latino-americana. Apreendendo-se nesse contexto, o campo literário como lugar do imaginário atrelado ao campo histórico, por se revestir de um estatuto histórico que constitui o papel e o lugar de sujeitos num tempo-lugar e num dado espaço social imerso por simbolismos, por significados, por singularidades e por sentidos de pertencimentos a uma nação, a uma cultura, a uma raça, a uma tradição e a uma história socialmente construída. Nessa compreensão, o estudo atravessa o campo literário como lugar de fala e como campo para situar a abordagem do contexto histórico, a partir da perspectiva feminina para apreensão dos processos de discriminação e subalternização sofridos

pela mulher ao longo do processo histórico vivenciado pelo país, pelo estado do Pará, em especial na cidade de Belém na Era de Borracha.

Parafrazeando a autora Norma Telles (1997), a mulher “escreveu e escreveu bastante” num contexto sócio-histórico eminentemente centrado no poder masculino, ancorado numa concepção patriarcal, que negava a escrita feminina. Assim, torna-se urgente um revisionismo para compreender o ser mulher como escritora, como leitora e sujeito pensante através de suas escritas e dessa forma elucidar um outro olhar, um saber outro, distinto do masculino, que venha reorientar a interpretação da história e nessa direção romper com uma visão estereotipada da mulher trazida pelos textos masculinos, na medida em que tendem criticar, revisar ou pelo menos tocar o pensamento masculino, ainda que circunscrito num cenário dependente que lhe atribui sentido e um lugar social. Considerando-se que sua narrativa pode trazer indícios, rastros de um pensar transgressor, emancipatório, ao localizar a mulher como sujeito diferente e, assim, esclarecer as diferentes dimensões humanas: da beleza, da subjetividade, da cultura, da raça e da nacionalidade. Um olhar, que situe a mulher na relação com seus pares, em relação com outros sujeitos e em relação a si mesma.

Zinani (2006) nos alerta a observar nas escrituras femininas as possibilidades de emancipação, ainda que sua voz sempre silenciada, a impediu de desenvolver uma linguagem própria. Desse modo, para poder se expressar precisou utilizar a linguagem do gênero dominante. [...] Uma leitura que precisa ser interpretada nas suas entrelinhas do não dito, e o sentido sublinhar do texto como uma janela que mostra uma nova realidade de mulher, de homem, de nação, situando a escritura feminina num contexto sociocultural revelado por conceitos, ditos e escritos. (ZINANI, 2006, p. 206)

Ao nos reportamos à análise da literatura de autoria feminina, devemos observar a tradução fiel dessas escrituras, no sentido de ler e ouvir esses depoimentos e compreendê-los a partir do contexto em que é produzido, considerando-se, o período estudado e o difícil acesso à leitura, à escrita, aos processos de escolarização e situá-los em que classe está circunscrita a escritora e sua escritura. Sem esquecer que essa escritura se dá num ambiente social em que os homens são os enunciadores de conceitos e determinadores do lugar social da mulher.

A literatura, num sentido transgressor, somente é observada no Brasil pela adoção de uma literatura que expresse a consciência feminista com sentido revolucionário, com discursos possibilitadores de um rompimento com as ideias prevalentes, demarcadas pelo patriarcalismo enunciativo de normas, valores, condutas reprodutoras do poder dominante do homem.

2 A MULHER NO CENÁRIO BRASILEIRO NO SÉCULO XIX

As transformações capitalistas do século XIX e o incremento urbano sedimentaram e alteraram a vida familiar e comunitária. No entanto, as atividades femininas mantiveram-se voltadas para a educação dos filhos e cuidados com esposo, com a casa, como ações em prol da solidificação familiar. A mulher foi inserida nessa ordem social como ajudadora do homem e como educadora dos filhos, enfim, como “um ser de virtude”, “um anjo” do lar. Uma vez que a família estava sob o comando do pai, marido, homem de grande poder sobre seus dependentes, agregados e escravos, homem dos negócios e da vida pública, senhor de renomada distinção. Desta maneira as mulheres do século XIX continuavam:

Excluídas de uma efetiva participação na sociedade, da possibilidade de ocuparem cargos públicos, de assegurarem dignamente sua sobrevivência e até mesmo impedidas do acesso à educação superior, as mulheres do século XIX ficavam trancadas, fechadas dentro de casas ou sobrados, mocambos e senzalas, construídas por pais, maridos, senhores. Além disso, estavam enredadas e constringidas pelos enredos da arte e ficção masculina. Tanto na vida quanto na arte, a mulher do século passado (XIX) aprendia a ser tola, a se adequar a um retrato do qual não era autora. As representações literárias não são neutras, são encarnações “textuais” da cultura que a

gera. (Assim), excluídas do processo de criação cultural, as mulheres estavam sujeitas à autoridade/autoria masculina. (TELLES, 1997, p. 408).

Entretanto, as contínuas transformações da sociedade brasileira interferiram em nossa organização interna pela substituição paulatina do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, a modernização das fazendas de café, o início da industrialização, a urbanização das cidades com aumento significativo da população. Um momento de busca de desenvolvimento técnico-científico para romper com o atraso do país em virtude de sua condição pós-colonial e pela emergência dos ideais republicanos focados para o alcance da civilização.

A proposta era ser “civilizado”, como eram os franceses e os europeus em geral. Desse modo, toda sorte de expressões de relações locais que não fossem consideradas civilizadas eram combatidas pela imprensa e proibida por lei. As reuniões tradicionais, ou festas de grupos ou comunidades, e até mesmo a serenata ou boemia sofreram restrições. Na mesma direção, certos cultos populares e religiosos foram proibidos. [...] A cidade burguesa teria sistematicamente de lutar contra comportamentos, atitudes e expressões tradicionais que eram consideradas inadequadas para a nova situação. (DINCAO, 1997, p. 226).

Segundo Schmidt (2000), foram mudanças importantes como a apropriação da língua nacional e escrita para que a nação brasileira se tornasse autônoma e soberana no âmbito político e intelectual, como condições para a afirmação de sua soberania. Embora sendo notório a exclusão de grande parcela da população e, nesse contexto, a exclusão da autoria feminina em um momento importante da construção da identidade nacional, enquanto processo constitutivo da nação e do sentimento de pertencimento nacional. Um processo fundador da concepção da nação brasileira e da nacionalidade mediante a adoção de valores e regras idealizadas, ao conceber a nação como uma realidade única, homogeneizada e silenciadora das desigualdades de classe, de raça, de cultura e da relação de gêneros. Dessa maneira, uma concepção de autonomia pautada em ideários tradicionais, conservadores que não privilegiou o sentido da alteridade diante de diferentes culturas aqui engendradas.

No âmbito da literatura, os discursos hegemônicos se faziam presentes como defensores dos grupos que tinham voz e estes falavam em nome de um povo a partir da necessidade de um alcance de uma coesão social, num contexto extremamente excludente, contraditório que não incluiu a mulher de letras, conseqüentemente sua exclusão e sua invisibilidade. Posição que reforçava a defesa de uma literatura masculina; daí o reconhecimento de escritores como Gonçalves Dias, José de Alencar, Machado de Assis, entre outros. Um cenário literário, que revelou a diversidade da nação, ao mesmo tempo que não reconhecia índios, negros e mulheres na condição de sujeitos históricos envoltos numa constituição sociocultural própria.

2.1 MULHERES BRASILEIRAS: MODELOS IDEALIZADOS PELA LITERATURA

A produção literária do século XIX se revela como importante fonte de investigação histórica, com relação ao lugar da mulher enquanto personagem central das narrativas literárias, território, no qual transitava tanto a submissão quanto a emancipação da mulher. Em romances de autores masculinos aparecem de forma frequente referências que retratam a imagem de mulheres, mediante a imagem dos personagens femininos com esmero detalhes da vida privada, da inserção social e de atitudes e comportamentos no cenário oitocentista:

Helena praticava livros e alfinetes, de bailes ou de arranjos de casa, com igual interesse e gosto, é frívola com os frívolos, grave com os que eram, atenciosa e ouvida, [...] nem vulgaridades. Havia nela a jovialidade de menina e a postura de mulher feita, de um acordo de virtudes domésticas e maneiras elegantes. [...] Helena possuía algumas prendas de sociedade, que a torna aceita a todos. (ASSIS, 1979, p. 24, 25).

Helena, embora sendo um personagem fictício representava o perfil da mulher do século XIX. Apresentava tributos, defeitos e virtudes ditadas, valorizadas e esperadas pela sociedade vigente. Enquanto condutas e habilidades indispensáveis à convivência social, segundo os padrões culturais que determinavam a conduta feminina da época. Nesse espaço social controlador que permite o acesso à leitura, a educação à mulher, impõem limites e regulações a uma vida no âmbito do privado. Destacando-se uma condição de ser mulher sem autonomia de ir e vir e de ter uma vida própria. Reconhecia-se e valorizava-se a “natureza humana” em atenção ao “corpo feminino” que lhe atribuía uma posição de inferioridade a mulher, ainda que comprovasse a apropriação de saberes e de conhecimentos; pois, “toda a sua ciência, não passava de uma espécie, de uma simples fêmea, e o que sentia era o desejo, era a necessidade orgânica do macho.”. (RIBEIRO, 1984, p. 32).

Nesse cenário de tantos impedimentos, havia mulheres vivendo fora dos parâmetros sociais, sobretudo nas camadas populares: mães solteiras, vivendo em concubinato, que chefiavam famílias e trabalhavam para o sustento familiar ou em certas situações partilhavam a responsabilidade do sustento com seus companheiros. Uma realidade social que apontava para dois extremos na sociedade patriarcal: De um lado, a valorização da mulher “pura”, “ingênua”, “recatada”, “submissa” à figura masculina; e de outro lado, a mulher transgressora dos padrões vigentes, considerada como imprópria. A condição de mulher pensante era conferida à mulher do século XIX que tivesse alcançado uma educação aprimorada.

2.2 A EDUCAÇÃO E A MULHER LETRADA

A constituição da mulher letrada e da escritora de textos literários estiveram diretamente relacionados ao acesso da mulher à educação, à leitura e à escrita. A educação na era imperial, após a independência do Brasil passou a ser organizada e com abrangência nacional. É inserida no contexto brasileiro como condição precípua para a efetivação da nacionalidade e o alcance da modernização e do progresso, como ideários do capitalismo em expansão. O Estado instituiu a gratuidade do ensino primário com a criação das Escolas de Primeiras Letras em 15/10/1827. Embora marcadas pela precariedade do ensino e um alcance reduzido da população, uma vez que o direito à escola e a leitura foi assegurado para poucos brasileiros.

De maneira geral, a educação das Primeiras Letras se voltava para o ensino da leitura, escrita, noções de aritmética e geometria. Entretanto, na medida em que a educação feminina privilegiou a leitura e secundarizou a escrita, de certo modo, essa condução educativa dificultou a escrita e a escritura da mulher, pois, educou-se de acordo com os padrões educativo da época, que lhes dificultou para a construção de uma escrita própria, pois, contribuiu para “escrever e produzir texto; ler e receber de outrem sem marcar aí o seu lugar”. (CERTEAU, 1994, p. 264)

A educação de moças da elite se dava na própria residência, através de professores particulares. Além da leitura de romances e outros textos que eram passados pela censura familiar e do ensino de línguas estrangeiras, as moças aprendiam as prendas domésticas. Somente a partir de 1850 surgiram as escolas secundárias femininas. No entanto, em número menor se comparadas com as escolas secundárias masculinas. Na verdade, mantinha-se o ideário de uma formação tradicional da mulher bem circunscrita ao âmbito privado, familiar. A mulher de nesse contexto deveria assumir a função de ser boa mãe e educadora dos filhos, do que propriamente dita, uma educação voltada para a intelectualidade. Era incomum, a mulher cursar o ensino superior. As meninas das classes populares se dedicavam as tarefas domésticas, aos trabalhos da roça e cuidar dos irmãos menores. Já as meninas órfãs, eram educadas em instituições religiosas, onde aprendiam as primeiras letras e aprendizados de costura e culinária. Em todos os níveis havia a concepção de uma educação pautada nos ideários cristãos para afirmação de uma condução moral para a constituição da “pureza” feminina. Com o advento

das escolas normais ocorreu a inserção da mulher no magistério. No início, sem apoio, devido ao olhar e o discurso discriminador da sociedade. Mas paulatinamente, o ensino das Primeiras Letras vai se tornando campo de atuação feminina.

O acesso das mulheres à educação oportunizou o aparecimento de um novo seguimento social, a mulher que lê e escreve. Embora, no campo literário, as mulheres escritoras encontravam-se diante de um contexto de desautorização e negação do direito autoral sobre suas escrituras. O que levou muitas escritoras a se submeterem às imposições do cânone masculino e assim nesse cenário se justificava:

porque muitas mulheres, apesar de contarem com o apoio da família, acabaram por editar suas obras usando pseudônimos, pois a crítica, sempre severa com a produção feminina, se incumbia de desestimular qualquer iniciativa nesse campo [...] O que acabava por colocar a produção intelectual da mulher no mesmo denominador comum, não respeitando individualidades e pondo em dúvida a capacidade intelectual feminina [...] suas obras definidas como delicadas, ligeiras, misteriosas (e) femininas”. (SANTOS, 2007, p.14).

O que demonstra um desvalor pelo não reconhecimento da qualidade da obra literária feminina. No entanto, apesar das admoestações masculinas, as obras escritas por mulheres foram abundantes nos jornais e revistas da época, apesar das reservas, reticências e os “rótulos” de “obras de senhoras”. E dessa forma, mantidas por muito tempo fora do reconhecimento do cânone literário brasileiro.

2.3 A IMPRENSA E A CONDIÇÃO DA MULHER: LEITORA/ESCRITORA

A criação da imprensa no país ocorreu a partir da chegada de D. João VI com a criação da Imprensa Régia para a publicação de documentos oficiais do governo. Iniciativa que abre caminho para a liberação e utilização de máquinas tipográficas de impressão voltadas para a produção de documentos, livros e outros impressos. O que possibilitou a criação de jornais, periódicos e revistas, como principais meios de comunicação para a divulgação de documentos e textos literários e as mais diversas formas de comunicação. Em 1880, foi criado o Correio Brasileiro e o periódico impresso que favoreceu a disseminação de informes científicos e literários. Em 1842, surgiu um novo periódico intitulado “Variedades” ou “Ensaio de Literaturas” que divulgavam textos históricos antigos e modernos, trechos de romances. Neste periódico, o registro de obras consideradas de grande importância como *Marília de Dirceu*, *Uruguai* e estudos na área geográfica, álgebra e outros temas. Um período em que a leitura se mantinha restrita a um pequeno grupo de brasileiros, embora se reconhecesse a interferência da imprensa, o gosto pela leitura foi ampliado junto a outros segmentos da sociedade.

A aceitação dos folhetins esteve diretamente relacionada a era do romantismo no Brasil pelo acesso a leitura de romances brasileiros de grande de literatos e romancistas renomados do país, o que interferiu no desenvolvimento da leitura nas diferentes camadas sociais. Nesse cenário literário surgem jornais de feição feminista, a exemplo, a criação de “*A Mensageira em 1897*”, que passou a fazer crítica à condição da mulher na sociedade brasileira.

Num cenário de exclusão feminina, algumas mulheres ao acessarem ao mundo do letramento e da cultura passaram a se inspirar em ideários vindos de fora do país como, por exemplo, o domínio da língua e da cultura francesa, no entanto, “Apesar de pequenos avanços, a mulher continuava sofrendo preconceitos, pois (aos olhos dos homens), sua leitura se constituía na maioria de romances-folhetins, considerada leitura menor”. (OLIVEIRA, 2006, p. 29).

Dado as circunstâncias que limitava a divulgação da produção literária feminina algumas autoras estabeleceram intercâmbios no sentido de se fortalecerem e divulgarem seus trabalhos literários. Segundo Moraes (2002), as autoras como Demilde Silveira, poetisa de

Florianópolis, estendeu suas publicações além do seu lugar de origem, tendo divulgado seus textos no Ceará, em Pelotas, em São Paulo e outros lugares. O que demonstra ser um período, em que a recepção das obras literárias pelo público feminino ocorreu num contexto de clandestinidade pelo fato de o romance ter sido considerado uma influência duvidosa e uma leitura com um valor menor na instrução da mulher do século XIX.

3 BELÉM EM TEMPOS DA BORRACHA: ESCRITURAS FEMININAS

O período áureo da borracha identificado no cenário regional como *Belle Époque*, trouxe uma nova conformação urbana para Belém. Localizando-a num cenário que se reporta a um momento histórico caracterizado por um intenso processo de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. Advindas das novas demandas do capitalismo industrial no final do século XIX. Um cenário em que foram estabelecidas relações sociais afirmadoras de uma cultura e de uma sociedade burguesa e nesse território, um conjunto de mudanças se firmaram e reafirmaram na Amazônia.

Segundo Coelho (2011), constituiu-se um período que acena para uma identidade de grupos, de linguagens, de gestos, de atitudes, de estéticas e de sociabilidades da cultura burguesa, sedimentada nos ideários de progresso e de civilização. Belém apresentava uma vida social requintada, elegante e culta como sinônimo de civilização. Para esse historiador, como um “mito” representativo do estilo parisiense, expressão de poder e luxo. Belém e Manaus se lançaram nesse circuito burguês ao transformarem-se em escoadouro da produção da borracha e se inseriram na cadeia mundial de exportação gomífera. As mudanças aqui operadas foram mediadas pelo volume de circulação de bens de produção, de capitais num contexto de mundialização econômica e de uma produção de capital simbólico da cultura burguesa envolta por discursos e práticas do capitalismo.

Nesse contexto de mudanças, Coelho (2011) nos esclarece que os membros das famílias abastardadas do Pará e do Amazonas partiam para a Europa, geralmente para estudar, enquanto os europeus interessados no mercado regional chegavam aos portos de Belém. Homens e mulheres nesse tempo-lugar passaram a se vestir à francesa e se elegeram o francês como língua comum nos encontros sociais da elite local.

A questão central dessa aproximação cultural trouxe para Belém o alcance dos patamares de civilização, vida moderna, luxo e o fausto, isso porque a intensa vida social e cultural levou a construção de um imaginário de riqueza material e cultural expressa pela leitura, produção de obras literárias, outros campos da arte e pela criação de instituições que favoreceram o desenvolvimento intelectual e cultural da região. Nesse contexto, de um lado notava-se a visibilidade da materialidade de uma vida de glamour que possibilitou o acesso das mulheres letradas. Ainda que se registrassem a realidade da mulher marcada pelo bom gosto e pela intensa vida cultural, pois Belém se dinamizou com a criação de instituições como o Museu Emílio Goeldi, Grêmio Literário Português, o Teatro da Paz, a Biblioteca Arthur Vianna, como espaços importantes para divulgação de eventos científicos e culturais na cidade de Belém. A modernidade da cidade exigiu a defesa de uma cidade planejada, limpa e higiênica, como forma de encobrimento da pobreza e da mendicância tão presente nesta cidade.

3.1 A MULHER PARAENSE DA BELLE ÉPOQUE

Belém do século XIX passou por grandes transformações econômicas, sociais e culturais, porém não promoveu a inserção da mulher no contexto de modernidade. Momento histórico em que se vivenciou os ares, os hábitos e os costumes parisienses, considerados exemplos civilizatórios e de modernidade. Um cenário que não alterou as bases conservadoras

que sustentaram os padrões culturais amazônicos, mantendo-os como referenciadores do poder de mando das elites locais e cerceadores da participação da mulher no cenário público.

Os preceitos normatizadores em relação a mulher se mantiveram rígidos e com caráter disciplinador do ser-mulher paraense. Assim, nos bastidores da *Belle Époque*, a sociedade paraense se manteve patriarcal, senhorial, com valores conservadores em relação a família, à mulher e a todos segmentos sociais dependentes da elite local. Família, escola e igreja se aliavam para a realização de um empreendimento educativo empenhado na formação feminina pautada na identidade e do caráter da mulher paraense.

Com esse objetivo, Campos (2012) explicita que a constituição da mulher passava pelo papel de esposa por via do casamento, que autorizava as relações sexuais, a gravidez, enfim ser mães, como etapas fixas segundo a ordem moral vigente.

Desta maneira, a defesa de uma representação de mulheres irrepreensíveis, moralmente educadas, com um papel bem definido e um lugar social restrito ao mundo doméstico, assumindo a função de cooperadora e responsável pelo bem-estar da família. O escritor vigiense Bertoldo Nunes, reafirma em seu texto em 1883:

Não dizemos que a mulher seja moral e intelectualmente inferior que ao homem, não, dizemos apenas que elas são moral e intelectualmente diferentes, não são iguais. O antes é aí que queremos chegar, o homem tem a sua natureza moral e intelectual conforme com a sua organização física, mais viva, mais forte, mais tenaz, consentânea, enfim, com o papel que ele há de representar na sociedade e na família, ao passo que a mulher mais terna, branda, deixando-se guiar mais pelo sentimento que pela razão, pelos impulsos do coração mais do que pela força dos raciocínios, tem isso mesmo a sua sede no lar, no interior da família, na alegria do amor dos filhos e esposo.” (NUNES, Revista Ateneu, 1883).

O autor ao enaltecer as qualidades ou peculiaridades da mulher reconhece sua inabilidade em atuar em outros campos fora do contexto familiar. Ao mesmo tempo que reforçava as características que a tornavam emocionalmente vulneráveis tendo a necessidade de proteção e, para tal, justificava a manutenção da mulher no âmbito privado e deslocada do espaço público.

O que nos leva apreender que no decorrer do século XIX, a representação de mulheres no Pará se situava num contexto cambiante como representação do bem e do mal. Ideário semelhante ao ser defendido em outros espaços do país. Uma concepção diretamente vinculada ao processo formador da mulher. Nesse sentido, a defesa de uma educação que forjasse os atributos femininos como a inteligência, a doçura e a temperança para os quais a mulher deve ser instruída. Com esse objetivo, a escola primária deveria empenhar-se para uma educação moral e literária sólida, sem esquecer o preparo para as tarefas domésticas. Na verdade, uma educação que aliena e excluía a mulher de participar das tramas e teias que sinalizavam a vida em sociedade, ação exclusiva do sexo masculino. Reconhecimento que reforçava o direito do homem transitar e ter uma posição no espaço público e político. Uma relação desigual entre homens e mulheres assegurada pelos discursos jurídicos e religiosos que legitimavam o controle e o disciplinamento no interior das relações familiares e a subalternização da mulher na sociedade paraense.

Em contraponto a essa ordenação social alguns discursos progressistas vem à tona em apoio a emancipação feminina ao defender:

O princípio de onde emana todo bem, a base fundamental e vital do progresso, está na emancipação da mulher [...] A mulher possui como os homens todos os elementos; dotada da mesma inteligência, possuindo um espírito mais fino e delicado, pode sem dúvida desenvolver todos esses dotes com tanta vantagem ou mais que o homem, e isto em qualquer carreira que se dedicar [...] Estabeleci escolas, instruí a mulher. As escolas que existem não estão na altura de aperfeiçoá-las, seus dotes tanto físicos

como moral são muito grandes para tão limitados conhecimentos que se dão em nossas escolas. É de urgente necessidade possuímos uma escola média do sexo feminino, onde ensine todos os preparatórios e noções gerais das ciências naturais. (REVISTA FAMILIAR, 1883).

Em Belém, sob os impactos das mudanças, observa-se a implantação de escolas para as meninas como o Colégio Senhora do Amparo, considerado o colégio católico mais importante da Amazônia, além do Liceu Paraense e a Escola Normal. Uma ampliação da educação que vai possibilitar à mulher paraense uma inserção maior no espaço público, seja como aluna, seja como normalista, seja como leitora e ou escritora de textos literários, que, apesar das restrições, identificamos a presença feminina em periódicos locais.

4 ESCRITURAS FEMININAS: VOZES QUE ECOAM NOS TRÓPICOS

O século XIX foi marcado pela expansão da imprensa periódica no país e no mundo ocidental. Uma expansão relacionada às transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, experimentadas, sobretudo pelas nações europeias. Nesse cenário, verificou-se a popularização do jornal e dos periódicos e com isso, a facilitação ao acesso da leitura a segmentos sociais até então não inseridos pelo processo de letramento. O que contribuiu para ampliação de números de leitores, considerando que, ao se disponibilizar um meio de comunicação através dos jornais a custo barato, promoveu-se o fácil acesso a uma variedade de textos com temas diversos e um entendimento mais ampliado dos processos de leitura por meio das produções literárias.

Segundo Germana Sales (2012), a criação e aceitação do romance-folhetim, alterou a relação dos leitores com os jornais e periódicos do século XIX. Os textos destinados ao público leitor se localizaram para além dos noticiários informativos ao incorporar textos narrativos de prosas e poesias e outras expressões literárias como atrativo que “seduziu mulheres, jovens e estudantes às emoções trazidas pelos romances”. (SALES, 2012, p. 4)

Nesse cenário, o artigo traz como focalização, as escritas singulares de mulheres no contexto da sociedade paraense no âmbito do campo literário. Situadas como expressão da fala em meio a opressão reinante, como forma “singelas” de transgressão e de resistência. Nesse sentido, o presente texto se pauta em análise de textos produzidos e publicados por mulheres em jornais e periódicos de Belém do Pará, ao longo de 1850 a 1900. Nesta temporalidade pesquisamos junto aos jornais que circularam na cidade de Belém para identificar a escrita feminina nos referidos jornais e folhetins. Identificamos nas seções destinadas a literatura e a poesia, a presença massiva de homens escritores. No entanto, observamos, sobretudo, no campo da poesia, várias escritas publicadas sem a assinatura da autoria. O que nos leva a questionar quem seriam os autores e quais os motivos da invisibilidade dessas autorias. O que nos encaminha a conjecturar “seriam as mulheres as escritoras dessas escritas impressas?”. Na realidade, encontramos nesse período a ausência de escritas de mulheres paraenses, pelo menos identificadas, ao se considerar as exigências para a publicação de textos femininos. O que demonstra a escrita feminina desautorizada e sem valorização num cenário de dinamismo cultural da *Belle Époque*.

O artigo se reporta aos escritos da paraense “Euniciana” em sua “Carta à Enáira”, publicada no periódico O Beija-flor, em 1850 e os excertos trazidos por Germana Salles (2012), sobre a Obra “Não é bom brincar com a dor” de autoria da escritora francesa Delphine de Girardin, publicado no jornal A Província do Pará em 1877. Na análise documental, objetivou-se perceber o que dizem as mulheres escritoras, identificando seu pensamento num contexto de mudanças estruturais no Brasil e no Pará. A preocupação central foi compreender na produção feminina, o cenário social e cultural, o qual se refere a escritura, seu sentido e seus significados nesse contexto eivado de relações de poder e pela pujança de autores renomados nesse período.

Enfim, perceber os nexos entre o dito e o interdito, o sublinhar, os silenciamentos ou a clara posição em relação a submissão ou a subversão com vistas ao alcance de outros patamares, ainda que dentro de um contexto histórico contraditório e antagônico com outros grupos historicamente constituídos. O *Beija-flor*, periódico paraense criado em 1850 e traz uma abordagem diferenciada em relação à mulher. Em seu editorial, esclarece o seu papel:

Guarda das senhoras como o estudo é a guarda do soldado, que no ardor do combate escapa mil vezes das garras da sahuada parca, acobertando-lhe com elle [...] Será assim o beija-flor o escudo das damas para por ellas receber os golpes da ilustríssima Marmota periódica que atacava as senhoras [...] Temos prova superabundantes para mostrar, quanto ellas são superiores em tudo ao homem; ainda mesmo partindo sua criação; mas por enquanto só nos limitaremos ao fim proposto [...] A mulher é obra prima do universo, é como as flores o encanto e esmalte da terra, é o ornamento de uma casa. Como o sol O é do mundo; ellas são portanto os anjos da terra. (*O Beija-flor*, 1850).

A publicação periódica feminina, além de outras finalidades, constituía-se como meio informativo, muitas vezes era feito através de cartas e outras formas de comunicação no campo literário. Neste contexto, localizamos a escrita de Euniciana, através de uma carta endereçada à amiga Enaíra que nos traz a seguinte redação, observando-se a escrita inserida na *Revista O Beija-flor* dos anos 1850:

Prencipiarei, querida amiga, esta carta, dando-lhe os parabéns do teo feliz aniversário, em tão ameno e aprazível dia, dia em que todo o aspecto da risonha natureza se submerge no seio de profunda alegria; os mesmos vegetaes, a quem ella negara o sentimento, tornão-se hoje sensiveis, para gosar contigo as delicias, que te offerece este meigo e portentoso dia. Memorado sejam sempre, oh! De julho décimo quarto dia, despertas em nossos peitos recordações da infancia, prazeres que já gosamos, e que jamais os poderemos gosar; a aurora que te conduzio em suas divinas azas, raiou por esses prados semeados de brancos jasmins, e rubindas rosas, prasa ao céu que vezes mil tenhamos de ver levantar-se de uma parte e deitar-se para a outra o sol que iluminou tão brilhante dia, e que não tenhamos em breve de sofrer os duros golpes da rude parca, mas onde vou querida amiga, para que tecer-te louvores, quando tu conheces os sentimentos que affetao meu coração?. Deixemos as ideas, que a imaginação já fruio, fallemos do presente, que nos mostra risonho e tranquillo, trataremos delle, falando de amor, da saudade, da paixão e de outras cousas, sobre as quaes amiudadas veses escreverei, porem agora só te pesso, que recebas os devidos parabéns, e o saudoso da tua Adorada amiga. (EUNICIANA, 1850).

A escolha desta carta inicialmente está relacionada a identificação do texto como autoria feminina e levamos em consideração, uma escrita que não se resume apenas a uma felicitação de aniversário. Pois a carta não reflete apenas uma modalidade de escrita, mas aponta uma sequência de signos que traz à tona uma memória viva de um tempo e lugar, uma historicidade através da dinâmica escritural. Ou seja, possibilita através do campo literário, uma linguagem que emite rastros de um tempo vivido, que permite a percepção de um campo que se amplia pelo disseminar de sentidos, do lugar da mulher, seus limites e sua capacidade intelectual da escrita e da comunicação impressa, ainda que velada.

Observamos nesse escrito, uma relação de amizade entre duas pessoas, o que parece na carta, que se conhecem muito bem. Fala-se de uma infância e de uma vida vivida de forma intensa e prazerosa. Uma condição de vida do passado, na aurora do tempo, onde reinou dias felizes. E que agora, supõem-se, numa vida mais madura, e encontram-se numa outra condição que não lhes permitem mais os comportamentos de outrora. Dessa maneira, fala de uma vida cotidiana, de um tempo em que a imaginação e os sonhos eram mais presentes que ensaiavam para além da própria realidade. A carta não sinaliza o motivo do distanciamento das amigas.

Uma vez que há um distanciamento físico de quem escreve e de quem recebe as felicitações. Mas que se entrelaçam pela escritura impressa.

Há sentimentos escondidos, que só o emissor e o receptor da carta sabem muito bem do que se trata. Há ausência de registros ao falar do amor, da saudade e da paixão, sentimentos latentes, e bem conhecidos pelas amigas. O romantismo que permeia todo o texto como, o bálsamo que cura e incita as grandes paixões. Nas entrelinhas “*Fallando do amor, da saudade, da paixão e de outras cousas, as quaes amiudadas veses escreverei,*” a escritora transparece que continuamente se utiliza dos recursos literários para expressar seus sentimentos e pensamentos, ainda que, de forma poética. Sua escritura pauta-se em metáforas para se referir a contextos do seu cotidiano no momento da escrita.

Ao considerar o ano em que a carta é escrita, emerge aqui e acolá rastros do cenário em que é produzida. Conhecendo-se a condição da mulher daquela época percebe-se que tais recursos literários utilizados por Euníciana a protegem ou encobrem situações e ou sentimentos que possam deturpar a imagem de ser mulher nessa época. Ou seja, uma escrita velada por silenciamentos e ou ausências de maiores detalhes a respeito das vivências de mulheres desse tempo-lugar.

Nesse contexto, em que uma carta é publicada e assinada por sua autora, e como sinaliza o texto, transparece que ela escreve e publica seus textos com certa constância. O que demonstra o reconhecimento da sua escrita. Uma mulher, como poucas da sua época, pelo domínio da língua escrita. Uma mulher diferenciada, uma mulher letrada que tem acesso público para publicar e circular seus pensamentos, seus sentimentos e certas preocupações, e se não adota uma posição transgressora as normas vigentes, chegou a um lugar no qual pode veicular suas escritas num cenário paraense tão conservador. Na carta, não é identificado o nome completo de quem escreve e a quem é endereçada a carta, o que demonstra a invisibilidade da mulher paraense.

Pautando-se nas pesquisas de Germana Sales (2012) sobre as escrituras femininas no Jornal A Província do Pará, voltaremos nosso olhar para compreender a influência das escrituras femininas francesas junto ao público leitor(a) em Belém nos anos oitocentistas. Salles localiza nos anos 1876, 1877 e 1879, a publicação nesse periódico, as obras literárias: “A Marquesa Ensanguentada” de Condessa Dash, publicada no período de 30 de abril a 23 de dezembro de 1876; e o texto “Não é Bom Brincar Com a Dor”, de Delphine de Girardin, publicada entre 12 de janeiro a 07 de março de 1877 e “Dosia” de Henry Greville, pseudônimo de Alice Marie Celeste Durand, em 1879.

Nos apoiaremos na análise a partir de uma síntese da Obra de Delphine de Girardin, “*Não é Bom Brincar Com a Dor*”, de 1877. Observando-se nesse escrito as impressões deixadas pela autora. Uma obra que se constitui uma prosa de ficção folhetinesca que apresentava um enredo centrado num triângulo amoroso formado por:

M. de Lusigny, um sedutor que passa seu tempo arquitetando planos para conquistar as mulheres mais belas e cobiçadas, Leontina, a viúva de Carlos de Viremont, uma senhora respeitada, frequentadora da alta sociedade, que será alvo do sedutor e Heitor, cunhado de Leontina, que nutre uma paixão secreta por ela a quem não tem coragem de declarar seus sentimentos. Quando das suas investidas, M de Lusigny, depois de muitas tentativas, consegue cativar o afeto de Leontina, que aos poucos deixa-se envolver e apaixonar pelos encantos do sedutor. Heitor, ao tomar conhecimento de que sua amada corresponde às investidas de Lusigny, fica muito abalado e adoce de tristeza em ver que seu amor já não tem esperança alguma de ser correspondido. Leontina, cada vez mais envolvida pelo sedutor descobre o caráter malicioso desse homem quando o mesmo, por não querer revelar a ela que estava doente, apenas para não parecer menos atraente, some, deixando-a a tecer conjecturas sobre todos, os possíveis motivos desse desaparecimento. A protagonista experimenta sensações ligadas à natureza humana, tais como o ciúme e o desespero, sem saber o motivo pelo qual o homem desaparecera. Quando mãe de Lusigny revela à Leontina o verdadeiro

motivo do sumiço, ignora-o. Ele sofre apaixonado e ela volta sua atenção para Heitor, guardião de um amor intenso e puro, se casa com ele e os dois vivem muito bem, ao contrário do vilão, M. de Lusigny, que ficara na sociedade desacreditado e, em relação à Leontina permanecerá amando sem ser correspondido. (SALES, 2012, p. 4 apud GIRARDIN, 1877, p.1).

Observamos nessa prosa de ficção uma história demarcada pelo romantismo, pelos sentimentos do amor, da paixão, do desprezo, da tristeza e do desencanto amoroso. A novidade trazida pelo enredo do triângulo amoroso, em que uma mulher é o centro das disputas entre dois homens. O cenário que ela descreve se refere ao cotidiano de uma camada social específica, a elite. Embora esteja circunstanciada ao contexto francês, a alta sociedade, a mulher, centro do enredo, é vista ainda sob os padrões do recato, do respeito, de uma vida digna de uma viúva, aceita naquela sociedade da segunda metade do século XIX. Embora ladeada pelo cortejo de dois homens, um deles pelo menos assumindo a posição de protagonista, consegue concretizar sua conquista. Mas, ao perceber o engano, volta e assume compromisso com o outro personagem deste triângulo amoroso.

O romance inicialmente coloca “Leontina” numa situação de vitimizada, mas a seguir, lhe impõe autonomia e capacidade de escolher o que é melhor para si: O amor verdadeiro de Heitor. Embora situe uma mulher aceita por uma sociedade pelas suas qualidades de mulher e sem uma inserção maior que lhe possibilitasse galgar o lugar de mulheres letradas. No entanto, o drama relatado, ainda que registre a realidade da mulher nesta sociedade, o enredo e a condução da história atribuem a personagem uma capacidade de decisão, ainda que num campo particular no âmbito privado da vida. Um contexto bem diferente em nosso país e em Belém do Pará, em que a questão do casamento e das relações amorosas passavam pelo filtro familiar, pelas normas religiosas e da moralidade. E que o casamento em Belém da *Belle Époque*, diferentemente do contexto apresentado neste romance, constituía-se em um momento simbólico revelador da dinâmica familiar. Em nosso meio, as famílias representavam um alicerce fundante da sociedade local, espaço controlado pelo poder masculino do pai, do marido, do homem público. Nessa realidade, as relações familiares deveriam sedimentar a preservação do patrimônio familiar, pois as relações matrimoniais se davam num contexto das relações mais amplas da sociedade, na medida em que o casamento se tornava estratégico, polo social, econômico, político e cultural mediador e irradiador na construção das redes sociais entre famílias, momento em que o Grão Pará transitava num período de consolidação da exploração da borracha.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das escritas femininas nos direcionam a algumas apreensões do tempo, lugar e das mulheres que escrevem os textos analisados. São produções de mulheres que se situaram no decorrer do século XIX. São escritos que circularam em jornais na cidade de Belém. As autoras Euníciana e Delphine Girardin são mulheres letradas, pois apresentam o domínio da escrita culta e das normas da língua da época, conseqüentemente, localizavam-se no grupo de mulheres que acessaram a leitura e a escrita mais ampliada.

São mulheres de “ontem” que sinalizavam seus escritos pelos meandros do pensamento e da cultura corrente que impõem as amarras impostas à mulher dessa temporalidade, embora de maneira reticente apontam posicionamentos de valor nas entrelinhas dos textos produzidos, o que permite ao leitor maior percepção e compreensão de seus escritos, marcados por ausências e silêncios.

Nesse enredo, a apreensão dos textos analisados traz indícios do lugar social das autoras, mulheres letradas e escritoras, posição que lhes permitiu a impressão de seus textos em jornais. A Carta de Euníciana constitui-se em registro publicado e assinado por uma mulher paraense

nos anos oitocentistas. Delphine Girardin, escritora francesa transpõe um grande reconhecimento ao publicar seu texto em um dos jornais de maior circulação no estado do Pará: *A Província do Pará*, em 1877.

De maneira geral, as autoras encenam em seus textos acontecimentos na esfera do privado, da vida particular e traduzem sentimentos, emoções e vivências. No entanto, ambos os textos apontam pistas do contexto e das condições de vida das mulheres desse tempo. Perpassam pela questão de gênero, as amarras socioculturais e os processos de invisibilidade e silenciamento da mulher em relação a expressão da fala, sentimentos, desejos e a omissão de seus pensamentos e posicionamentos. Nessa percepção, os escritos estão circunscritos em vivências, valores e condutas delineadas para as mulheres como condicionamentos demarcadores da fala e da escrita. São textos que referenciam comportamentos, condutas e experiências tidas como apropriadas, defendidas e esperadas socialmente. Assim, são textos que trazem à tona narrativas de mulheres do século XIX, mediatizadas por questões culturais, de gênero e são textos publicados na imprensa local e circulados na sociedade belenense.

Reconhece-se a partir de Certeau (2006) que a prática do escrever advém do exercício contínuo de forma compreensiva, explicativa e inventiva de pensar e escrever, o que outorga a essas mulheres o lugar de mulheres intelectuais e literatas. E se subsidiando em Bakhtin (1997) a respeito da produção textual enquanto produção social, os textos e seus autores se situam numa dada realidade social, na qual registram suas apreensões, seus valores e posicionamentos na cotidianidade em que vivem. De certa forma, as mulheres que alcançaram o letramento e a intelectualidade graças ao lugar social que ocupavam e esse lugar estando diretamente relacionado à condição de classe, raça e de gênero que lhes possibilitaram galgar o lugar de mulheres letradas. E ainda que, registre a realidade da mulher de seu tempo apontam nas entrelinhas posições, sonhos, desejos e em meio a tradição cultural expressam inquietudes e inconformismos em suas escrituras.

O olhar decolonial nos possibilitou a apreensão do ser mulher e do ser homem a partir da compreensão da categoria gênero enquanto construção social que direciona o questionar dos sujeitos em sua totalidade, homens e mulheres como sujeitos culturais, sociais, históricos e epistêmicos. E nessa apreensão, as mulheres escritoras inseridas no contexto de análise, embora sem garantia de plenitude, ultrapassaram as amarras e vislumbraram certa visibilidade pela materialidade de seus escritos ao revelar pensamentos, posições, decisões e sonhos a serem concretizados pela resistência e pelo contínuo processo de “tornar-se mulher” em suas trajetórias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mudam os Tempos, Mudaram as Mulheres*. **Revista de Avaliação da Educação Superior**, Campinas, São Paulo, 2012.

ALVES, Claudia, Ana Chrystina Mignot. **História e Historiografia de Educação Ibero-Americana: Projetos, Sujeitos e Práticas**. Rio de Janeiro: Quartet – Faperj – SBHE, 2012.

ÁVILA, Rebeca Contrera. *Minha História das Mulheres*. Michelle Perrot. **Revista Social**. n.16, 249-253, 2009.

BAKTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 2ª ed, São Paulo, Martins Fontes, 1997.

BARTH ES, Roland. **Aula**. Tradução Leyla Perrone-Moisés, São Paulo, Editora Cultrix, 1977.

BIRMAN, Joel. **Escritura e Psicanalise: Derrida Leitor de Freud**. Natureza Humana, Vol. 9, n. 2, 275-298, São Paulo, 2007.

BURKE, Peter. **A Escrita da História Novas Perspectivas**, São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CAMPOS, Ipojucan Dias. **A Educação Feminina na Belle Époque 1890 -1900**. Revista Educação e Fronteiras, 103-115, 2012.

CARVALHO, Marta Chagas. **Modernidade Pedagógica e Modelos de Formação Docente**. São Paulo, Perspec. Vol. 14, 111-120, 2000.

CHARTIER, Roger. **História Cultural entre Práticas e Representações**. Lisboa, Difel, 1990.

CORSETTO, Patrizia. Escritura e Escrita. **Revista Lacaneando**, 2012. Disponível em: <https://lacaneando.com.br/escritura-e-escrita/> 2012. Acesso em: nov. 2020.

CUNHA, Washington dos Santos; SILVA, Rosimeire Vieira. A Educação Feminina no Século XIX: Entre a escola e a Literatura. **Revista Gênero**, Universidade Federal Fluminense, 97-106, 2010.

DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**, 2ª edição, São Paulo: Contexto, 1997.

DINIZ, Dilma Castelo Branco. Barthes e a Dimensão Amorosa da Escrita. **Revista Caligrama**, Belo Horizonte, 143-152, 1988.

GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. **Revista Civitas**, Porto Alegre, Vol. 18, 2018.

LUCENA, Paola Lili. **Rompendo Silêncios e descobrindo mulheres: Uma Análise da Obra de Michelle Perrot no contexto da história das mulheres**. 2º Seminário Nacional de História da Historiografia, Ouro Preto, EDUFOP, 2008.

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo decolonial**. Estudos Feministas. Florianópolis, Set-Dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: nov. 2020.

MENESES, Ramiro Délio Borges de. **A desconstrução em Jacques Derrida**. Universitas Philosophica, Bogotá, 177-204, 2013.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História – operários, mulheres e prisioneiros**. 7ª ed, tradução de Denise Bottmann, Rio de Janeiro, São Paulo, Paz & Terra, 2017.

PERROT, Michelle. **As Mulheres e os Silêncios da História**. Tradução: Viviane Ribeiro Baurin, São Paulo, EDUSC, 2005.

REAL, Edson Alexandre Santos. O Nacionalismo na Educação brasileira: a construção de uma Pátria. (1830 – 2009), **Revista Temporalidades**, 44-56, 2013.

SANTOS, Salete Rosa Pezzi. **A Representação do Feminino Em Uma Escrita Desautorizada: Celeste, de Maria Benedita Borman e O Perdão de Andradina América Andrade de Oliveira.** 2007. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp051692.pdf>. Acesso em: dez. 2020

SALES, Germana. **A Produção Feminina Francesa em Belém do Pará: Romance Folhetim no Periódico A província do Pará.** Simpósio de Literatura Crítica e Cultura, 2012.

SCOTT, Joan W. **A invisibilidade da Experiência,** Projeto. História, 207-325. São Paulo, 1998.

SOUZA. Rosa de Fátima. **Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo.** UNESP, 1998.

SOUZA. Sônia Ribeiro de. Nação, Nacionalismo e Escola Pública na primeira República. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.** São Paulo, julho, 2011.

SPVAK. Gaytry Chacravorty. **Pode o Subalterno Falar?.**Belo Horizonte: Editora UFMG 2010.

TELLES, Norma. **Escritoras, Escritas, Escrituras - História das Mulheres no Brasil,** 2ª edição, São Paulo: Contexto, 401 – 442,1997.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. A Literatura e História na América Latina; Representações de Gênero. **Revista MÉTS: História e Cultura,** v. 5, n. 9, p. 253-270, 2006.